



*O Setor
da Construção
em Portugal
2012
1º semestre*

Dezembro

2012



Ficha Técnica

Título:

Relatório Semestral do Setor da Construção em Portugal | 1º Sem. 2012

Autoria:

Catarina Gil

Coordenação Geral:

Pedro Ministro

Direção de Análise de Mercados

Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11

1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@inci.pt

Índice

1. Enquadramento Macroeconómico.....	5
1.1. Produto Interno Bruto.....	5
1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).....	6
1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB).....	7
1.4. O Índice de Preços no Consumidor.....	8
1.5. O Mercado de Trabalho	9
2. O mercado em Portugal - indicadores setoriais.....	11
2.1. Contextualização	11
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas.....	11
2.3. Taxa de Juro Implícita.....	13
2.4. Valores médios de avaliação bancária	14
2.5. Índice de produção na construção e obras públicas.....	15
2.6. Vendas de cimento para o mercado interno.....	15
2.7. Índice de custos de construção	16
2.8. Segurança no trabalho.....	17
3. O tecido empresarial do setor da construção	18
3.1. Títulos válidos a 31 de junho.....	18
3.1.1. Distribuição por classe de alvarás.....	19
3.1.2. Distribuição geográfica.....	20
4. Síntese	21
5. Fontes Estatísticas.....	22

Quadros

Quadro 1 – Composição do crescimento em volume do Produto Interno Bruto – taxas de variação homóloga (%) ..	5
Quadro 2 – Composição do crescimento em valor (preços correntes) do Produto Interno Bruto.....	6
Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume.....	6
Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB	7
Quadro 5 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m ²).....	14
Quadro 6 – Vendas de cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)	15
Quadro 7 – Classes de alvarás.....	18
Quadro 8 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará	19

Gráficos

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %).....	7
Gráfico 2 – Valor Acrescentado Bruto – dados encadeados (taxas de variação homóloga %)	8
Gráfico 3 – Índice de Preços ao Consumidor (Taxa de variação homóloga %).....	8
Gráfico 4 – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (Taxa de variação homóloga %).....	9
Gráfico 5 – População empregada - Variação Homóloga (%).....	9
Gráfico 6 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)	10
Gráfico 7 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre	11
Gráfico 8 – Número de fogos licenciados e concluídos por Região (1ºT e 2ºT de 2012).....	12
Gráfico 9 – Taxa de juro implícita	13
Gráfico 10 – Crédito à habitação por destino de financiamento.....	13
Gráfico 11 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m ²).....	14
Gráfico 12 – Índices brutos de produção	15
Gráfico 13 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %).....	16
Gráfico 14 – Número de acidentes de trabalho mortais	17
Gráfico 15 – Títulos habilitantes válidos a 30 de Junho de 2012	18
Gráfico 16 – Distribuição de Alvarás por Região NUT II (junho de 2012).....	20
Gráfico 17 – Distribuição de Títulos de Registo por Região NUT II (junho de 2012)	20

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Na sequência da implementação do processo de ajustamento da economia portuguesa, iniciado no 1º semestre de 2011, processo este caracterizado pela implementação de fortes medidas restritivas da Política Orçamental e reafetação dos recursos na economia, a economia portuguesa em 2012 apresenta ainda uma contração significativa da procura interna pública e privada, bem como um abrandamento das exportações, o que influenciou o seu crescimento. Consequentemente, quer o investimento público, quer o privado, têm sido influenciados por este fator, dada a elevada incerteza quanto à correção dos desequilíbrios estruturais enquadrado pelo programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

O conjunto de reformas institucionais na União europeia e a orientação da política monetária são fatores importantes para a eficácia do processo de ajustamento da economia portuguesa. A progressiva regularização das condições de financiamento da economia, particularmente para o setor privado, implicará uma recuperação no investimento produtivo e claramente no crescimento potencial da economia.

Saliente-se ainda que ao longo do 1º semestre de 2012 verificou-se uma redução significativa do endividamento dos bancos nos mercados internacionais.

A política orçamental portuguesa manteve uma orientação contracionista que deverá prosseguir para dar cumprimento à redução do défice orçamental bem como regular o financiamento da economia portuguesa.

1.1. Produto Interno Bruto

A crise económica portuguesa tem tido consequências ao nível da desaceleração do Produto Interno Bruto. O ano de 2008 ficou marcado por um “crescimento nulo”, 2009 por uma diminuição de 2,5%, 2010, registando uma ligeira recuperação na atividade económica, por um aumento de 1,4% e 2011 com uma forte queda na atividade de -1,7%. Nos dois primeiros trimestres de 2012, a atividade económica volta a registar abrandamento contribuindo para um elevado grau de incerteza e para uma revisão em baixa das perspetivas de crescimento económico.

Quadro 1 – Composição do crescimento em volume do Produto Interno Bruto – taxas de variação homóloga (%)

	1ºT/11	2ºT/11	3ºT/11	4ºT/11	1ºT/12	2ºT/12
Procura Interna	-3,3	-5,2	-4,9	-9,5	-6,1	-7,6
Exportações	8,4	8,8	6,7	6,3	7,9	4,3
Importações	-1,1	-4,3	-2,8	-12,8	-3,8	-8,1
PIB	-0,6	-1,1	-2,0	-3,0	-2,3	-3,3

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2012

Analisando a evolução trimestral, constata-se que a atividade económica nos dois primeiros trimestres de 2012 apresenta uma queda de -2,3% no 1º trimestre e -3,3% no 2º trimestre, seguindo a tendência dos trimestres anteriores.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, este comportamento refletiu sobretudo o contributo negativo da Procura Interna em resultado da diminuição de todas as suas componentes, com destaque para o Consumo e para o Investimento. Por outro lado, o contributo da procura externa líquida aumentou no 2º trimestre, devido à diminuição mais acentuada das importações de bens e serviços e a uma desaceleração nas exportações de bens e serviços.

Quadro 2 – Composição do crescimento em valor (preços correntes) do Produto Interno Bruto

Unidade: milhões de euros

	1ºT/11	2ºT/11	3ºT/11	4ºT/11	1ºT/12	2ºT/12
Procura Interna	45.638,6	44.858,9	44.384,9	42.623,9	43.180,0	41.387,6
Exportações	14.422,5	15.156,6	15.724,1	15.385,1	15.825,6	16.000,0
Importações	16.843,9	17.229,1	17.311,4	15.903,6	16.627,8	16.081,9
PIB	43.217,2	42.786,4	42.797,6	42.105,4	42.377,8	41.305,7

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2012

1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo tem tido um comportamento negativo ao longo dos últimos trimestres, com principal destaque para este último com uma variação negativa de -18,7%, ainda assim com um ligeiro aumento em relação ao último trimestre de 2011.

Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume

Unidade: milhões de euros

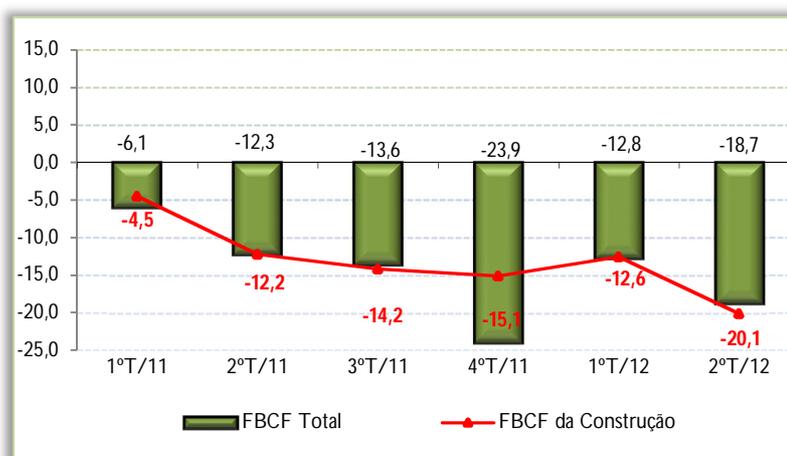
	1ºT/11	2ºT/11	3ºT/11	4ºT/11	1ºT/12	2ºT/12
FBCF Total	7.457,9	6.959,5	6.847,8	5.933,2	6.503,8	5.656,0
Taxas de Variação homóloga (%)	-6,1	-12,3	-13,6	-23,9	-12,8	-18,7
FBCF da Construção	4.602,3	4.199,2	4.120,9	3.859,2	4.023,5	3.356,1
Taxas de Variação homóloga (%)	-4,5	-12,2	-14,2	-15,1	-12,6	-20,1

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2012

A FBCF da Construção, por seu lado, acompanhou a tendência da FBCF Total. O 2º trimestre deste ano registou a variação negativa mais significativa destes últimos trimestres, com -20,1%

Segundo dados do INE, a FBCF no setor da construção foi a componente que mais contribuiu para a desaceleração do Investimento no 2º trimestre de 2012, passando de -12,6% para -20,1%. Destaca-se também a evolução negativa da FBCF em máquinas e equipamentos que registou uma variação homóloga de -7,7% face ao trimestre anterior de 2012 e a FBCF em equipamentos de transporte que voltou a destacar-se por registar a diminuição mais expressiva, -31,0%

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2012

1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

À semelhança dos anteriores indicadores macroeconómicos, também o Valor Acrescentado Bruto apresentou um fraco desempenho nos dois primeiros trimestres de 2012. Registou variações homólogas negativas de -2,6% para o 1º e -3,3% para o 2º trimestre.

Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB

Unidade: milhões de euros

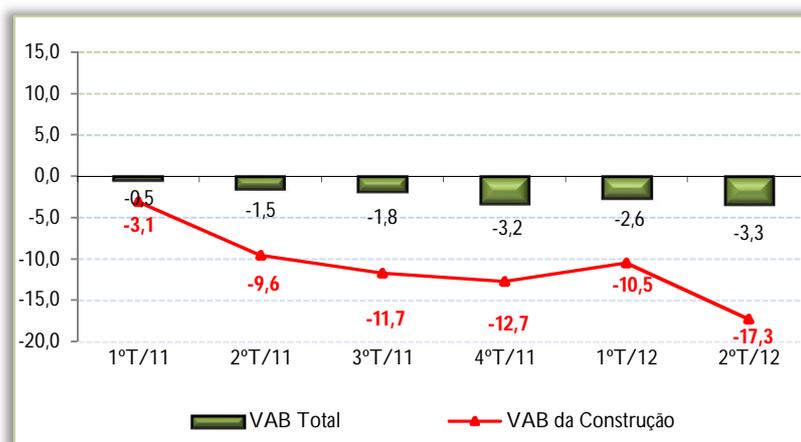
	1ºT/11	2ºT/11	3ºT/11	4ºT/11	1ºT/12	2ºT/12
VAB Total	40.237,9	40.003,7	39.901,4	39.090,4	39.206,5	38.683,2
Taxas de Variação homóloga (%)	-0,5	-1,5	-1,8	-3,2	-2,6	-3,3
VAB da Construção	2.033,8	1.919,4	1.858,1	1.735,7	1.821,0	1.588,2
Taxas de Variação homóloga (%)	-3,1	-9,6	-11,7	-12,7	-10,5	-17,3

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2012

O VAB da construção apresentou, por seu lado, uma acentuada diminuição no 2º trimestre de 2012, passando de uma variação de -10,5% no 1º trimestre para -17,3%.

Refira-se ainda que o VAB no setor da construção foi o que mais contribuiu para a desaceleração do VAB Total, acompanhado da componente da Indústria e da componente dos Transportes e Armazenagem.

Gráfico 2 – Valor Acrescentado Bruto – dados encadeados (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2012

1.4. O Índice de Preços no Consumidor

Em junho de 2012, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se em 2,7%, valor idêntico ao registado no mês anterior.

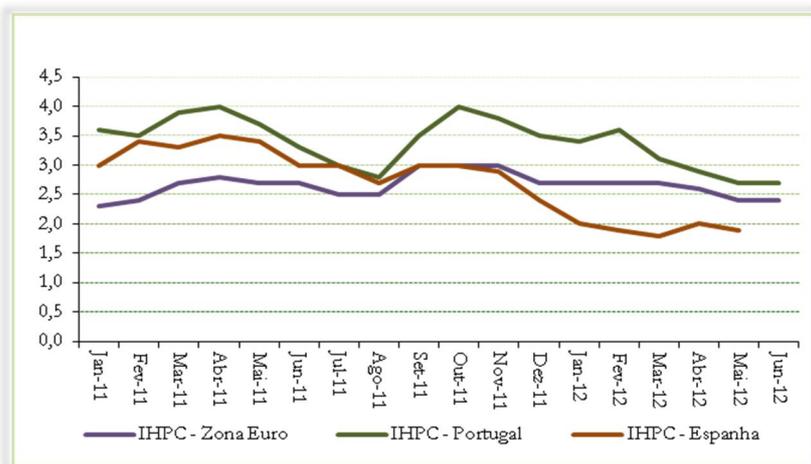
Gráfico 3 – Índice de Preços ao Consumidor (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Índice de Preços no Consumidor – junho de 2012

O Índice Harmonizado de Preços (IHPC) português registou também uma variação homóloga de 2,7%, superior em 0,3 p.p. à estimada pelo Eurostat para a área do Euro.

Gráfico 4 – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Índice de Preços no Consumidor – junho de 2012

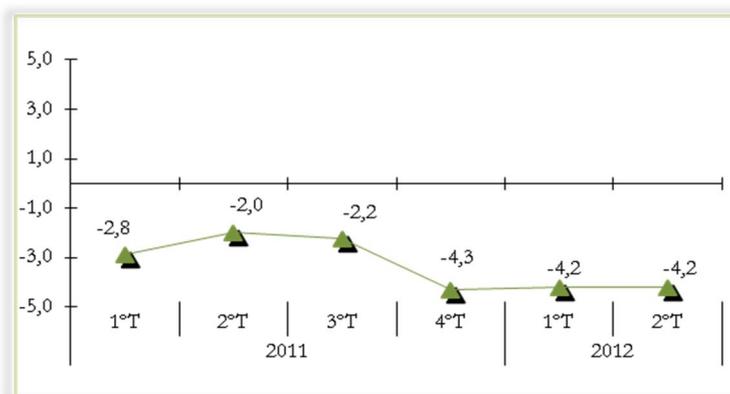
1.5. O Mercado de Trabalho

O Emprego

De acordo com as estatísticas de emprego do INE, relativas ao 2º trimestre de 2012, a população ativa situava-se nos 5.515,2 mil indivíduos, traduzindo uma diminuição de 0,9% em relação ao 1º trimestre (cerca de 33,5 mil indivíduos).

Em relação à população empregada, num total de 4.688,2 mil indivíduos no 2º trimestre de 2012 registou um acréscimo trimestral de 0,6%. No entanto em relação ao período homólogo de 2011 registou uma diminuição de 4,2% (cerca de 204,8 mil indivíduos).

Gráfico 5 – População empregada - Variação Homóloga (%)

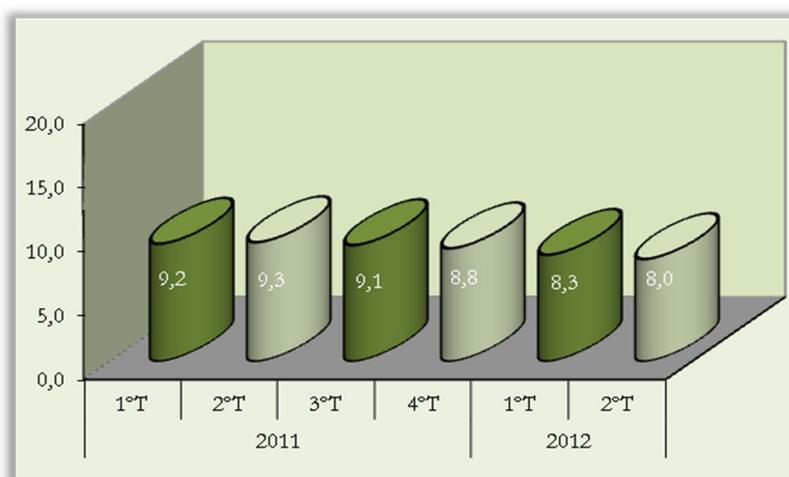


Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2012

Acompanhando a tendência da economia, o setor da construção registou, no 2º trimestre de 2012, uma variação homóloga de -17,7% em relação ao mesmo período de 2011.

Em relação ao peso que este setor tem no emprego total, o 2º trimestre registou uma ligeira diminuição de 8,0% em relação ao trimestre anterior, passando de 8,3% para 8,0%, correspondendo a 374,5 mil indivíduos.

Gráfico 6 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2011

2. O MERCADO EM PORTUGAL - INDICADORES SETORIAIS

2.1. Contextualização

Em 2012, relativamente aos primeiros dois trimestres, a produção do setor da construção voltou a registar uma quebra em termos reais.

A dificuldade no acesso ao crédito, à qual se juntam problemas específicos do setor, agravaram significativamente a tesouraria das empresas, influenciando o investimento público e privado.

A atividade da construção movimentava vários setores, a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos setores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza como também de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador, sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas

Pela análise do gráfico 7, verifica-se que a tendência de evolução do número de edifícios licenciados¹ tem acompanhado o número de edifícios concluídos².

No 2º trimestre de 2012 foram licenciados cerca de 5,2 mil edifícios (cerca de -18,7% em relação ao mesmo trimestre de 2011) e concluídos cerca de 6,2 mil edifícios (cerca de -9,2% em relação ao mesmo trimestre de 2011).

Comparando com o 1º trimestre de 2011, o número de edifícios licenciados registou uma descida de 7,5% e os edifícios concluídos registam uma variação também negativa de 12,5%.

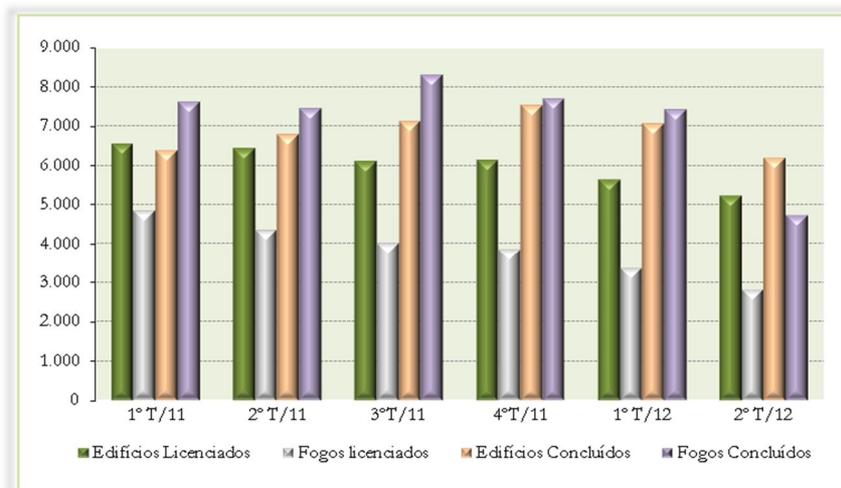
Em relação ao número de fogos licenciados e concluídos destacam-se as discrepâncias nestes ao longo de 2011 e nos dois trimestres de 2012, que poderão ser explicadas pela crise e pela alteração das taxas de juro para o crédito à habitação, razões pelas quais o setor da construção retraiu o investimento nesta componente, limitando-se praticamente a concluir o que já estava iniciado.

Refira-se ainda o decréscimo acentuado de licenciamento de fogos em construções novas: 10 mil licenciamentos nos dois primeiros trimestres de 2012, quando no mesmo período de 2011 tinha ultrapassado os 12 mil, o que corresponde a uma diminuição de -16%, podendo indiciar uma transformação estrutural no setor.

Gráfico 7 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre

¹ O total de edifícios licenciados inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

² O total de edifícios concluídos inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios.



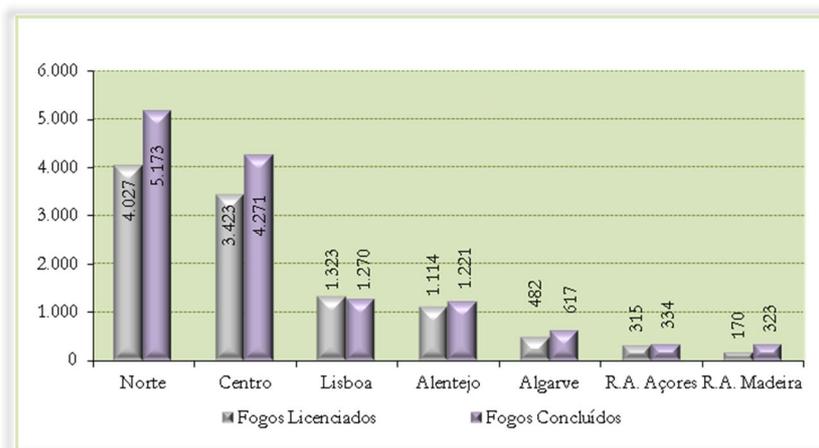
Fonte: INE

Observando o gráfico seguinte verifica-se quais são as Regiões com maior e menor representatividade no número total de fogos licenciados e concluídos nos dois primeiros trimestres de 2012.

Assim, a Região Norte representa cerca de 37,1%, enquanto a Região Autónoma da Madeira representa apenas 1,6% no número total de fogos licenciados.

É também a região Norte a mais significativa no número total de fogos concluídos, que representa 39,1% do total, enquanto a Região Autónoma da Madeira representa apenas 1,5%.

Gráfico 8 – Número de fogos licenciados e concluídos por Região (1ºT e 2ºT de 2012)



Fonte: INE

2.3. Taxa de Juro Implícita

A taxa de juro implícita³ no conjunto dos contratos de crédito à habitação fixou-se, no mês de junho de 2012, em 2,2%, diminuindo 0,13 p.p. face ao mês anterior.

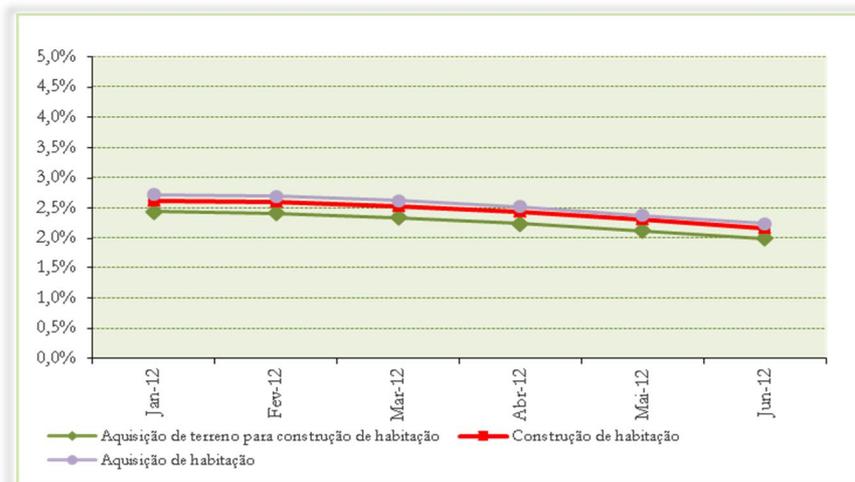
Gráfico 9 – Taxa de juro implícita



Fonte: INE

Segundo dados do INE, os contratos de crédito à habitação celebrados nos últimos 3 meses apresentaram um montante médio do capital em dívida de 59.260 euros (registando uma diminuição de 92 euros face ao mês anterior).

Gráfico 10 – Crédito à habitação por destino de financiamento



Fonte: INE

³ A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

Observando o gráfico anterior, em junho de 2012 a taxa de juro implícita nos contratos de Aquisição de Terreno para Construção de Habitação, para Construção de Habitação e para Aquisição de Habitação foram 2,00%, 2,17% e 2,24%, respetivamente, diminuindo pela mesma ordem 0,125 p.p., 0,13 p.p. e 0,138 p.p. face a maio.

2.4. Valores médios de avaliação bancária

Quadro 5 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m²)

	Jan 12	Fev 12	Mar 12	Abr 12	Mai 12	Jun 12
Portugal	1.063	1.055	1.052	1.055	1.047	1.039
Norte	943	927	924	924	918	915
Centro	909	905	895	894	887	882
Lisboa	1.268	1.264	1.251	1.248	1.240	1.240
Alentejo	985	972	966	968	952	935
Algarve	1.344	1.330	1.333	1.321	1.340	1.332
RA Açores	1.031	1.020	960	970	914	931
RA Madeira	1.333	1.314	1.290	1.319	1.300	1.323

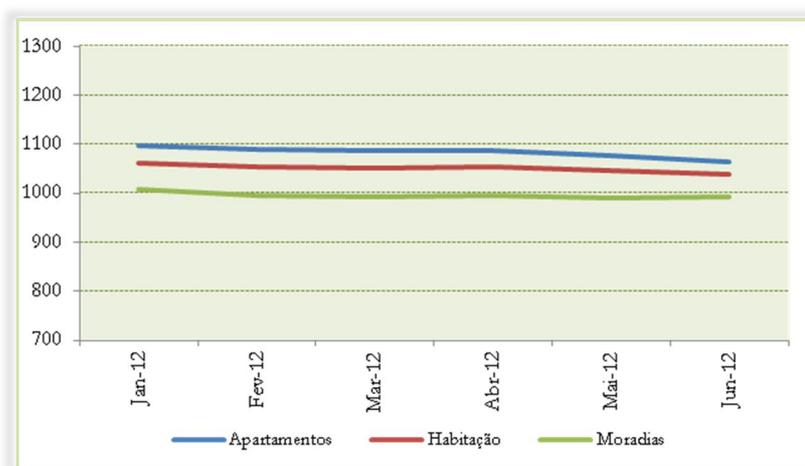
Fonte: INE

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

Em junho de 2012, o valor médio de avaliação bancária de habitação do total do país situou-se em 1.039 euros/m², correspondendo a uma diminuição de 0,8% face ao mês anterior e a uma variação homóloga de -7,9%.

A área metropolitana de Lisboa manteve o valor médio de avaliação em relação a maio, 1.240 euros/m² e as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira por seu lado foram as que, o valor de avaliação aumentou face a maio, com 1,9% e 1,8% respetivamente.

Gráfico 11 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m²)

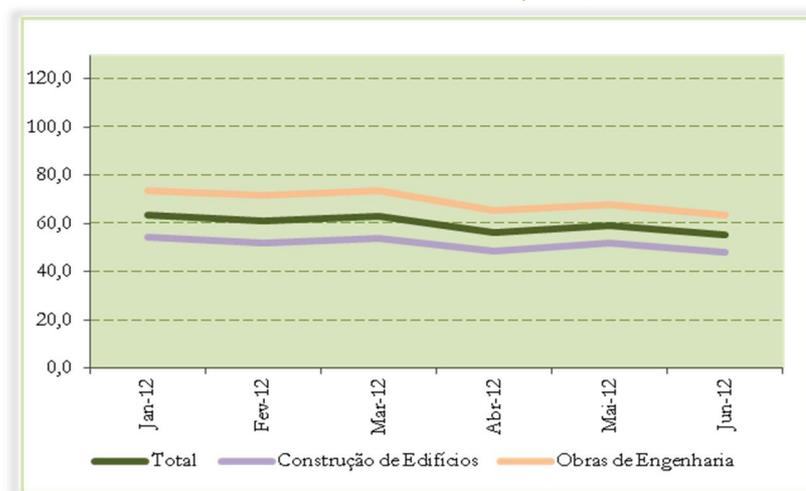


Fonte: INE

Observando o gráfico anterior verifica-se que o valor médio da avaliação bancária, nos três segmentos, tem tido o mesmo comportamento ao longo do ano de 2012, situando-se o valor dos apartamentos em 1.065 euros/m² e o das moradias em 992 euros/m².

2.5. Índice de produção na construção e obras públicas

Gráfico 12 – Índices brutos de produção



Fonte: INE

Segundo dados disponibilizados pelo INE, a produção na construção, corrigida dos efeitos de calendário e da sazonalidade e tendo como base a média dos últimos três meses apresentou em junho de 2012, uma variação homóloga de -19,2%, redução mais intensa que a verificada no período anterior (-18,2%).

Os dois segmentos observados tiveram o mesmo comportamento. O segmento da construção de edifícios apresentou em junho uma variação negativa de 17,9% face ao mês anterior, assim como o segmento da engenharia civil registou, igualmente, uma variação negativa de 20,4%.

2.6. Vendas de cimento para o mercado interno

Quadro 6 – Vendas de cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)

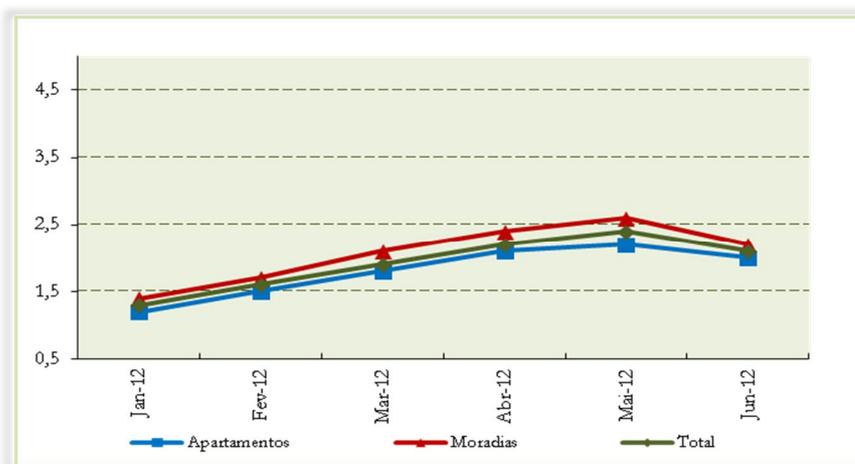
	2011					2012				
	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total
	1.178	1.215	1.164	958	4.515	1.012	857	814	n.d	2.683
Var. Trimestral	-3,8	3,1	-4,2	-17,7		5,6	-15,3	-5,0		
Var. Homóloga	-6,1	-16,6	-19,4	-21,7		-14,1	-29,5	-30,1		

Fonte: dados cedidos ao InCI pelas principais empresas portuguesas no setor

Os dados disponibilizados pelas principais empresas do setor permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno, verificando-se uma descida acentuada nas vendas, quer em termos trimestrais quer homólogos, para os 3 trimestres de 2012. Este cenário justifica-se pela menos boa *performance* que o sector tem vindo a revelar nos últimos dois anos.

2.7. Índice de custos de construção

Gráfico 13 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)



Fonte: INE

Segundo dados disponibilizados pelo INE, o índice de custos de construção de habitação nova registou em junho de 2012 uma variação homóloga de 2,1%, taxa inferior em 0,3 p.p. à observada em maio.

Por tipo de construção, as taxas de variação homóloga dos índices relativos a Apartamentos e Moradias registaram decréscimos de 0,2 p.p. e 0,4 p.p. respetivamente face a maio.

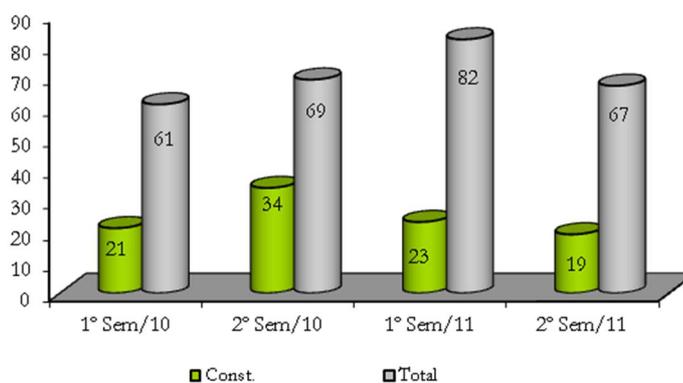
Esta desaceleração foi determinada pela variação homóloga do componente *Materiais* com um decréscimo de 0,9 p.p. Um comportamento oposto teve o índice da componente *mão-de-obra* acelerando 0,2 p.p. em junho.

2.8. Segurança no trabalho

O setor da construção continua a ser aquele onde, pela sua natureza e risco, se regista o mais elevado índice de sinistralidade.

Segundo dados da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), em 2011 verificou-se um ligeiro decréscimo de acidentes de trabalho no setor da construção, passando de 55 vítimas mortais em 2010 para 42 em 2011.

Gráfico 14 – Número de acidentes de trabalho mortais



Fonte: ACT

3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

3.1. Títulos válidos a 31 de junho

A atividade da construção é regulamentada por lei (DL n.º12/2004, de 9 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º69/2011 de 15 de Junho), sendo necessário para o seu exercício a titularidade de um habilitação (alvará ou título de registo), emitida pelo InCI.

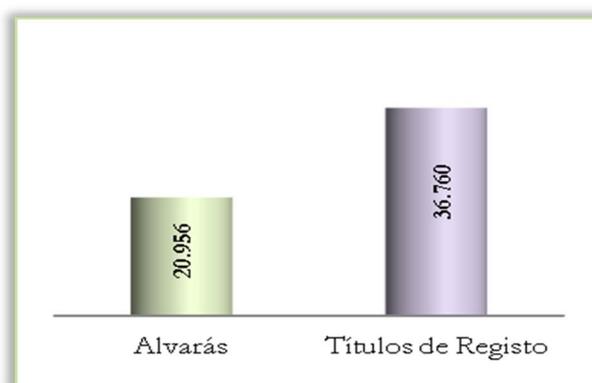
Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes na Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro. Para 2012⁴ vigoraram os limites que constam do quadro seguinte:

Quadro 7 – Classes de alvarás

Classe das Habilitações	2011/2012
1	166.000 €
2	332.000 €
3	664.000 €
4	1.328.000 €
5	2.656.000 €
6	5.312.000 €
7	10.624.000 €
8	16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

No final de junho de 2012, existiam no setor da construção 20.956 empresas habilitadas com Alvará e 36.760 com Título de Registo.

Gráfico 15 – Títulos habilitantes válidos a 30 de Junho de 2012



Fonte: InCI

⁴ A Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril, (retificada pelas Declarações de Retificação n.º 25/2012, de 23 de maio e n.º 27/2012 de 30 de maio), estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de Alvará ficam autorizados a executar.

Apesar da crise que o setor atravessa, o número de alvarás válidos tem-se mantido relativamente estável, ainda que com uma tendência de descida. Em relação a 31 de dezembro de 2011, a variação no número de alvarás válidos foi de -11%. Refira-se que a comparação estabelecida é entre o 1º semestre de 2012 e o ano de 2011.

Situação semelhante se verifica quanto ao número de títulos de registo, que também diminuiu de 37.693 em dezembro de 2011 para 36.760 no 1º semestre de 2012, com uma variação de -2,5%.

3.1.1. Distribuição por classe de alvarás

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se um decréscimo mais acentuado de empresas classificadas na classe 1, 3 e 6.

Quadro 8 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará

Classes	Dezembro de 2011	Junho de 2012	Var. 2012/2011
Classe 1	14.511	12.690	-12,55%
Classe 2	3.399	3.156	-7,15%
Classe 3	2.450	2.143	-12,53%
Classe 4	1.546	1.427	-7,70%
Classe 5	1.036	996	-3,86%
Classe 6	334	284	-14,97%
Classe 7	132	119	-9,85%
Classe 8	44	41	-6,82%
Classe 9	103	100	-2,91%
Total	23.555	20.956	-11,03%

Fonte: InCI

Em junho de 2012, cerca de 60,5% (12.690) das empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1.

Salienta-se ainda o fato de as classes 1 e 2 representarem cerca de 75,6% do mercado, ou seja, $\frac{3}{4}$ das empresas de construção.

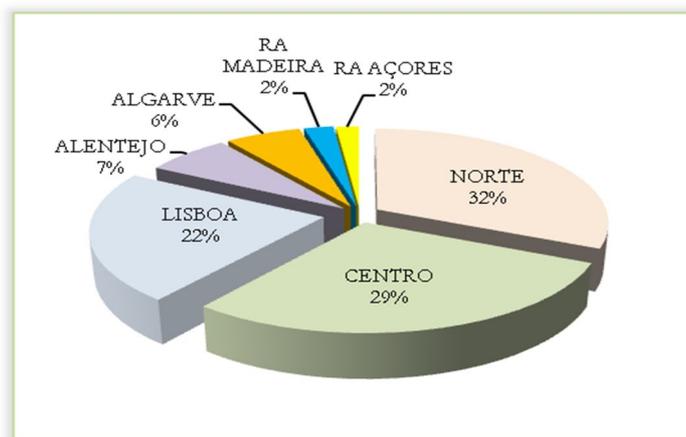
A classe 9 foi a que apresentou uma menor variação (-2,9%) em relação a 2011, passando de 103 para 100 empresas.

3.1.2. Distribuição geográfica

Relativamente à distribuição geográfica (NUT II), verifica-se que as Regiões do Norte e do Centro detêm o maior número de empresas com alvará, respetivamente 32% e 29%.

Por classificação distrital, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 19% do total do país, logo seguida do Porto, com cerca de 13%.

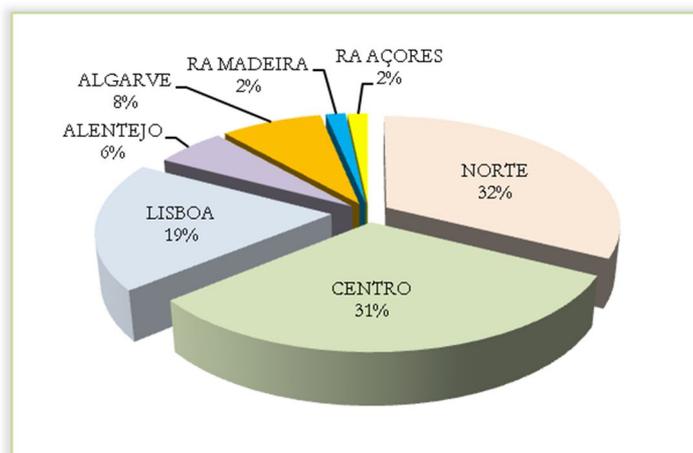
Gráfico 16 – Distribuição de Alvarás por Região NUT II (junho de 2012)



Fonte: InCI

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de título de registo. O Norte é detentor de 32% dos títulos de registo e o Centro, de 31%. Na distribuição por distritos Lisboa detém cerca 16% e o Porto detém cerca de 14% de empresas detentoras de título de registo.

Gráfico 17 – Distribuição de Títulos de Registo por Região NUT II (junho de 2012)



Fonte: InCI

4. SÍNTESE

Em Portugal, como na generalidade das economias da União Europeia, o 1º semestre de 2012, volta a registar uma significativa contração na atividade económica, não se perspetivando, por enquanto, com segurança, o fim da recessão.

A economia mundial, com especial destaque para as economias avançadas, tem sido afetada pela elevada agitação nos mercados financeiros internacionais bem como pelo agravamento da crise da dívida soberana na área do euro.

Saliente-se ainda o contributo, para a deterioração do sentimento económico, da divulgação dos dados económicos desfavoráveis dos EUA e para a área do euro referentes ao ano de 2011.

O setor da construção, que se caracteriza como barómetro da economia nacional, sente fortemente os efeitos desta crise, tendo visto a sua situação degradar-se, nomeadamente quanto ao volume de negócios e, conseqüentemente, quanto ao seu contributo para o investimento nacional, face ao peso que esta indústria representa no mercado nacional de emprego.

A retração do investimento privado, bem como as restrições de natureza orçamental, que impõem contenção na despesa pública e, inevitavelmente, também no investimento público, afetam negativamente a dimensão do mercado interno da construção.

O mercado de trabalho, à semelhança da atividade económica tem vindo a deteriorar-se na última década, manifestando-se por uma forte quebra do nível do emprego, num aumento estrutural da taxa de desemprego bem como na diminuição da população ativa.

As perspetivas para a atividade económica para o ano de 2013, segundo informação do Banco de Portugal no seu Boletim de Outono, deverá apresentar uma nova contração esperando-se menos significativa do que a projetada para 2012 (3%) pelo mesmo organismo.

5. FONTES ESTATÍSTICAS

Variáveis e fontes			
Nível	Variável	Fonte	
Envolvente Macroeconómica	PIB	INE	
	FBCF		
	VAB		
	Consumo Privado		
	Índice de Preços no Consumidor		
	Emprego e Desemprego	INE, IEFP	
	Défice Orçamental	Banco de Portugal	
Setor da Construção	Mercado em Portugal	Obras Particulares: Licenciadas e Concluídas	INE
		Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	INE
		Vendas de Cimento para o mercado externo	Cimpor, Secil
		Índice de Custo de Construção de Habitação Nova	INE
		Acidentes de Trabalho	ACT
		Taxa de Juro implícita no crédito à habitação	INE
		Valores de avaliação bancária	
	Tecido Empresarial	Alvarás e Títulos de Registo	InCI
		Indicadores económico-financeiros das empresas inscritas no InCI	
	Macro-enquadramento Europa	Variação da Produção de Edifícios Residenciais e Não Residenciais	Euroconstruct
		Variação da Produção de Obras de "Engenharia Civil"	